



DESAFIOS DO ENSINO DE LÍNGUAS¹

Natanael Vieira de Souza (PPGL/UNEMAT)²
natodesouza@hotmail.com

Marcia Regina Souza (PPGL/UNEMAT)³
rsp@yahoo.com.br

Um fato muito comum e corriqueiro nas escolas públicas é a constatação de que, em grande medida, um respeitável número de alunos não sabe ler e/ou interpretar textos de forma adequada às séries em que estão matriculados. Fato este que pode ser visto os seus efeitos nas inúmeras publicações que podem ser encontradas em uma simples busca no *google* ou em uma breve visita de conversa a uma sala de professores. Portanto, se esta é uma das problemáticas que mais afligem os professores, sejam eles das mais diversas disciplinas que não o ensino de línguas, será sobre esta problemática que pretendemos, mesmo que de forma breve e sucinta, discorrer e tecer algumas considerações.

De forma tácita compreendemos qual a importância que o domínio da leitura e a interpretação de textos têm na vida de qualquer pessoa, mas também sabemos que a falta destas faculdades intelectuais podem se tornar um grande problema que afeta até mesmo as outras disciplinas, pois para tudo na escola o aluno precisa interpretar, entender, abstrair, fazer inferências sobre os mais variados assuntos e dialogar com os textos em questão.

Sabe-se que, grande parte dos alunos que terminam o ensino médio são considerados analfabetos funcionais, parte significativa deles não tem domínio da

¹ Ensaio produzido na Disciplina “Sociolinguística”, ministrada pela Profa. Dra. Cristiane Schmidt, no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, em 2019.1.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).



escrita, da leitura e acima de tudo, alguns deles que porventura dominam estas habilidades, são incapazes de uma reflexão crítica ou interpretativa de textos.

Grosso modo, sabemos que não se trata de saber a língua, ou seja, Português. Trata-se, em muitos casos, de saber as regras da língua, ou seja, o problema passa a ser a tão temida e famigerada gramática. Marcos Bagno em uma entrevista cedida ao *Blog da Parábola Editorial* dirá que:

O primeiro gramático português, Fernão de Oliveira, escreveu que era preciso “aprender a falar melhor com os melhores” (1536). O gramático português João de Barros, no século XVI, dizia que a gramática se valia do “uso dos barões doutos”, isto é, dos homens (*barões* é uma forma antiga de *varões*) letrados. No século XVII, o aristocrata francês Vaugelas dizia que a língua exemplar era a da “parte mais sadia da Corte”, ou seja, da nata da aristocracia. Essa seleção implicou, desde sempre, na exclusão de todo o resto da sociedade: mulheres, classes sociais subalternas, pessoas sem educação formal etc. Como escreveram os linguistas brasileiros Rodolfo Ilari e Renato Basso, nunca existiu uma “gramática dos pobres”⁴.

Bem, nos encontramos diante de um paradoxo, pois se a gramática é tida por muitos estudiosos como um elemento de exclusão social, como nos indicam as palavras de Marcos Bagno na citação acima, por outro lado, as instituições de ensino cobram dos alunos de línguas o domínio da norma culta, no mínimo, da língua materna.

O mundo do trabalho, mais especializado, da mesma forma exigirá deste trabalhador, certo rigor, na fala, na escrita e, muita clareza na exposição de ideias, para tanto, há que se ter domínio também de interpretação de vários outros elementos/estilos textuais⁵.

De forma que o paradoxo vai se ampliando mais ainda, se pensarmos que, ser obrigado a aprender a norma culta pode ser interpretado como, “entrar na roda da

⁴ Site consultado: <https://www.parabolablog.com.br/index.php/blogs/repensar-o-objeto-de-ensino-de-uma-aula-de-portugues> - Acesso em: 30/06/2019

⁵ Devemos sempre levar em consideração que o mundo do trabalho trabalha com vários elementos textuais, por exemplo: Planilhas, gráficos, imagens, etc.



exclusão” e, por outro lado, não aprender a norma culta poderá ser um outro fator de exclusão do (bem pago) mundo do trabalho que o relegará a algum (mal pago) subemprego.

Paradoxos à parte, somos sempre objetivados a pensar na imperativa necessidade de se aprender a gramática formal, mas será que esta necessidade é tão imperativa para a aplicabilidade nos fazeres que a vida nos impõe, seja na sala de aula, nos textos que escrevemos, nas rodas de palestras e/ou nos trabalhos que venhamos desenvolver no decorrer da vida?

Jéssica Teixeira de Mendonça procura nos mostrar que a aplicabilidade ou a necessidade imperativa de saber as regras formais da nossa língua não é assim tão evidente, vejamos o que ela nos diz:

Autores famosos e inquestionáveis em relação a sua competência em relação à Língua Portuguesa, como Rubem Alves e Carlos Drummond de Andrade, confessaram não entender muita coisa de gramática, tendo até obras que se referem a esta “ignorância”, como é dita por eles, em relação à Gramática Normativa. “Nascer de Cairo, ser fêmea de cupim” e “Aula de Português” são, respectivamente, obras destes autores em que os mesmos tratam do assunto de se saber de forma tão alienada e sem aplicabilidade as regras gramaticais e confessam o seu desconhecimento em relação a todas essas regras gramaticais. No entanto, não se discute a importância desses autores para a literatura brasileira assim como a sua genialidade e competência em relação à Língua Portuguesa. (MENDONÇA, 2012, p. 8-9)

Esta forma de pensar da autora, coaduna com algumas observações que Bagno faz:

Ninguém usa a norma-padrão, a não ser em textos escritos altamente formais e, mesmo assim, cada vez mais raros. De toda maneira, tanto a norma culta real quanto a norma-padrão ideal precisam ser apresentadas na escola como entidades socioculturais sujeitas, como tudo na sociedade, ao impacto das ideologias, das concepções de mundo e da sociedade. Para isso, é preciso se libertar da dicotomia do “certo” e do “errado” como se fossem verdades eternas e questionar: “Certo” para quem? “Certo” onde? Quando? Para que classes sociais? Em que gêneros textuais? (BAGNO, 2017, *on-line*)

Se atentarmos para a vida cotidiana de professores, advogados, juízes, políticos, jornalistas, profissionais liberais, trabalhadores braçais em geral, pouco veremos, na prática, o uso formal da língua portuguesa com todo o rigor que a gramática requer.

Chegamos em um ponto em que nos perguntamos, devemos ou não ensinar gramática aos nossos alunos? Ora, o ensino da língua portuguesa e suas regras gramaticais estão previstas nos PCNs, cabe aos professores o papel, mais que isso, o dever de ensinar aos seus alunos da melhor maneira possível, respeitando, principalmente as muitas variações advindas de regionalismos ou influências de outros falantes, sejam eles de origem estrangeira ou não; respeitando as muitas variações culturais manifestas em solo brasileiro:

Segundo os PCNs, as variedades linguísticas devem ser não só mencionadas, como também trabalhadas pelo professor, para que o aluno reconheça que não há uma linha rígida que separa CERTO e ERRADO em relação a uma língua. Mas o que existe são variáveis da Língua Portuguesa mais adequados para cada contexto e que “burro” não é o colega que não sabe o que é verbo transitivo direto, mas sim é mais inadequado aquele que em uma festinha entre amigos aplica todas as concordâncias verbais, utiliza-se de um culto vocabulário e não se deixa levar por gírias ditas no meio de sua conversa. “Não se trata de uma fala ‘correta’ mas sim as falas adequadas ao contexto de uso”. (MENDONÇA, 2012, p. 3)

Magda Soares em seu livro “Linguagem e Escola: Uma Perspectiva Social” (1986), nos aponta alguns caminhos que foram percorridos, traz algumas críticas e algumas sugestões. Aponta inclusive que os caminhos do etnocentrismo e da deficiência linguística (déficit), não foram caminhos tão bem-sucedidos, fizeram com que se acentuasse as diferenças sociais existentes quando na verdade deveria amenizar, senão, dirimir tais diferenças.

Por outro lado, o caminho das diferenças culturais fez com que a classe dominante julgasse a cultura das classes dominadas como, cultura inferior, passaram a



hierarquizar as culturas no mesmo modelo estratificado do qual a sociedade faz parte e assim mantendo o seu *status quo*.

Diante deste contexto o papel da linguagem, neste sentido seria, como principal produto cultural, servir como mediador entre o confronto e a comparação entre culturas, dirimir os conflitos e dar visibilidade ao que pode estar por traz de cada ideologia, mas como o fazê-lo? Talvez seguindo as recomendações de Marcos Bagno quando diz que o:

[...] objetivo da **educação linguística** é a inserção do aprendiz na cultura letrada. Somos um país de analfabetos funcionais. Só poderemos ter uma população realmente capaz de exercer seus direitos e seus deveres, ou seja, de exercer sua cidadania, quando a maioria dela dominar plenamente a leitura e a escrita. E, para isso, já está provado e comprovado, não adianta de nada saber o que é uma oração subordinada substantiva completiva objetiva direta reduzida de infinitivo. Essa nomenclatura é irrelevante, inútil, e só serve para provocar a repulsa das pessoas pelas **aulas de português**. O importante é saber usar esse mecanismo gramatical, saber fazer uso adequado dos recursos que a língua oferece e, para isso, só com muita leitura, muita releitura, muita rereleitura, muita escrita, muita reescrita, muita rereescrita. Enquanto se continuar achando que saber **língua portuguesa** é saber diferenciar um adjunto adnominal de um complemento nominal (diferença, aliás, que a linguística moderna contesta), as pessoas vão sair da escola sem saber ler, sem saber escrever e, claro, sem saber “gramática”, pois esse suposto saber não tem nenhuma serventia na vida dos cidadãos. (BAGNO, Online)

Portanto, o ensino de línguas somente será de fato, efetivo, quando este proporcionar que tenhamos uma sociedade mais justa, que cada cidadão possa ter direito a uma educação de qualidade, conseqüentemente um melhor ensino de línguas; um ensino de línguas que leva em conta que uma sociedade é composta por seres humanos que possui inúmeras diferenças, mas que devem todos receber respeito e serem sempre incluídos na sociedade de uma forma ou de outra e que este ensino possa colaborar para o fim exclusão social e do preconceito, inclusive o preconceito linguístico.



REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso:** por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.

_____. **Preconceito linguístico:** o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. **Repensar o objeto de ensino de uma aula de português.** 06 jul. 2017. Disponível em: <https://www.parabolablog.com.br/index.php/blogs/repensar-o-objeto-de-ensino-de-uma-aula-de-portugues>. Acesso em: 30 jun. 2019. Blog: Parábola Editorial, texto reproduzido e adaptado da Revista Profissão Mestre escrito por Carolina Mainardes e originalmente publicado em 4 de maio de 2015.

MENDONÇA, Jéssica Teixeira de. O Ensino de Língua Portuguesa e a sua Relação com a Inclusão/Exclusão Social. **Anais do SIELP.** Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012. ISSN 2237-8758 – Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wpcontent/uploads/2014/07/volume_2_artigo_151.pdf – Acesso em: 30 jun. 2019.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola:** uma perspectiva social. São Paulo, Ática, 1986.

Recebido Para Publicação em 30 de setembro de 2019.

Aprovado Para Publicação em 23 de novembro de 2019.